



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD/RN
FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO – FUNDASE/RN

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2022

INFORMAÇÕES DO EDITAL DE ABERTURA QUANTO ÀS DISCURSIVAS

- 13.1 A Prova Discursiva será realizada **para todos os cargos de nível superior**, juntamente à Prova Objetiva.
- 13.1.1 Somente será corrigida a Prova Discursiva do candidato que: obter a pontuação estabelecida no subitem 10.4 e estiverem classificados na Prova Objetiva até o limite de **04 (quatro) vezes a quantidade de vagas disponíveis para as vagas da Ampla Concorrência, Negros e Pessoa com Deficiência**, conforme a Tabela 13.1, além de não ser eliminado por outros critérios estabelecidos neste Edital.
- 13.2 A Prova Discursiva para todos os cargos de nível superior, será composta por **01 (uma) questão**, conforme Anexo II – dos Conteúdos Programáticos.
- 13.3 **O candidato disporá de, no mínimo 15 (quinze) e no máximo 30 (trinta) linhas para elaborar a resposta da questão discursiva.** Será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão máxima permitida para elaboração.
- 13.3.1 A Prova Discursiva será avaliada considerando-se os aspectos presentes na Tabela 13.3:

TABELA 13.3

Aspectos:		Descrição:	Pontuação máxima
1	Conhecimento técnico-científico sobre a matéria.	O candidato deve apresentar conhecimento teórico e prático a respeito do assunto/tema abordado pela questão, demonstrando domínio técnico e científico.	30
2	Atendimento ao tema proposto na questão.	A resposta elaborada deve ser concernente ao tema proposto pela questão Discursiva. Assim, a cada critério não atendido em relação ao Aspecto 1 (Conhecimento técnico-científico sobre a matéria) a resposta receberá os respectivos descontos no Aspecto Atendimento ao tema.	10
3	Clareza na argumentação/senso crítico em relação ao tema proposto na questão.	A argumentação apresentada pelo candidato deve ser pertinente e clara, capaz de convencer seu interlocutor a respeito do ponto de vista defendido, além de demonstrar senso crítico em relação ao questionamento abordado pela questão discursiva. Caso o candidato tenha obtido pontuação igual a 0 (zero) nos aspectos 1 e 2, o de nº 3, “Clareza na argumentação/senso crítico em relação ao tema proposto na questão”, também será pontuado com nota 0 (zero).	6
4	Utilização adequada da Língua Portuguesa.	A resposta elaborada deve apresentar em sua estrutura textual: uso adequado da ortografia, pontuação, regência e concordância (requisitos gramaticais), constituição adequada dos parágrafos conforme o assunto abordado, respeito às margens e legibilidade. Caso o candidato tenha obtido pontuação igual a 0 (zero) nos aspectos 1 e 2, o de nº 4, “Utilização adequada da Língua Portuguesa”, também será pontuado com nota 0 (zero).	4
TOTAL MÁXIMO DE PONTOS			50

- 13.5 A Folha da Versão Definitiva será o único documento válido para a avaliação da Prova Discursiva. As folhas para rascunho, no caderno de questões, são de preenchimento facultativo e não valerão para a finalidade de avaliação da Prova Discursiva.
- 13.5.1 A Prova Discursiva deverá ser feita à mão pelo próprio candidato, em letra legível, com caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta.
- 13.5.3 A omissão de dados, que forem legalmente exigidos ou necessários para a correta solução da Prova Discursiva, acarretará descontos na pontuação atribuída ao candidato.
- 13.5.4 O candidato não poderá manusear e consultar qualquer outro tipo de material que não seja de uso permitido, devendo atentar-se apenas para as informações contidas na Prova Discursiva para sua realização.
- 13.5.5 O candidato terá sua Prova Discursiva avaliada com nota 0 (zero) em caso de:
- Não atender ao Tema proposto e ao conteúdo avaliado;
 - Manuscrever em letra ilegível ou grafar por outro meio que não o determinado neste Edital;
 - Apresentar acentuada desestruturação na organização textual ou atentar contra o pudor;
 - Redigir seu texto a lápis, ou à tinta em cor diferente de azul ou preta;
 - Não apresentar a Prova Discursiva redigida na Folha da Versão Definitiva ou entregá-la em branco;
 - Apresentar identificação, em local indevido, de qualquer natureza (nome parcial, nome completo, outro nome qualquer, número(s), letra(s), sinais, desenhos ou códigos).
- 13.5.6 A sigilosidade e a impessoalidade da prova serão mantidas durante o processo de correção, resguardando do corretor (banca corretora) a identidade do candidato.
- 13.5.7 Para a correção da Prova Discursiva, a Folha da Versão Definitiva será digitalizada e a identificação do candidato omitida, para somente então ser disponibilizada para a correção através de um ambiente eletrônico.
- 13.5.8 Na Folha da Versão Definitiva da Prova Discursiva, constará no rodapé a seguinte informação ao candidato: "Para Correção, esta folha será digitalizada e a identificação do candidato será omitida".
- 13.5.9 Quanto ao resultado da Prova Discursiva, caberá interposição de recurso nos termos do item 20 deste Edital.

NÍVEL SUPERIOR

Em relação à distribuição dos pontos referentes aos itens **3. Clareza na argumentação/senso crítico em relação ao tema proposto na questão** e **4. Utilização adequada da Língua Portuguesa**, esclarecemos que a avaliação seguirá o mesmo padrão (demonstrado na tabela a seguir) para todos os cargos:

3. Clareza na argumentação/senso crítico em relação ao tema proposto na questão.	Argumentação excelente [4,10 a 6]; Mediana [2,10 a 4,00] e; Ruim [0,20 a 2,00].	6
4. Utilização adequada da Língua Portuguesa.	[-0,10] para cada erro gramatical (limitado a [-2,00]); portanto, se a resposta ultrapassar 20 erros gramaticais, não haverá mais descontos; Até [-0,70] para o desrespeito às margens; Até [-0,70] para a incorreta constituição de parágrafos, inclusive quanto à estruturação dos períodos no interior destes; Até [-0,60] para ilegibilidades.	4

CARGOS DO TURNO DA MANHÃ

ANALISTA SOCIOEDUCATIVO - ASSISTENTE SOCIAL

1) A família, na história da humanidade, sempre foi uma instância importante de proteção social, inclusive constituiu-se em um dos pilares estruturantes dos sistemas de proteção social em muitos países. Em vista dessa importância, atualmente a família é tida como referência central em diferentes programas e políticas sociais e, além da função protetiva, também participa do processo de reprodução social. Diante do exposto, explique o papel da família no processo de reprodução social e a definição do termo familismo incorporado no debate sobre as relações entre política social e família no Brasil.

R.: A família, como realidade histórica, cujas funções e papéis se relacionam a processos sociais, econômicos e culturais, ocupa papel central na reprodução social. Ela participa da reprodução da força de trabalho do ponto de vista material e ideológico. Cumpre papéis de socialização e educação das crianças e funciona como anteparo assistencial a doenças, à velhice e em circunstâncias adversas relacionadas ao trabalho. A forma de inserção no mercado de trabalho define as suas condições de vida e demarca as suas fronteiras de inserção social. Além disso, a família é responsável por manter, em condições compatíveis, a força de trabalho adulta para sua venda no mercado de trabalho e prepara os futuros trabalhadores ao garantir a socialização e manutenção de crianças e jovens. Garante que os custos sociais desse empreendimento não sejam repassados à sociedade e ao Estado. A família constitui-se ainda como unidade de renda e consumo, em que se articulam as possibilidades de auferir renda, definem-se as formas de trabalho e as possibilidades de consumo.

Já o familismo está presente nos sistemas de proteção social à medida que a política pública considera que as unidades familiares devem assumir a principal responsabilidade pelo bem-estar de seus membros, o que corresponde a uma menor provisão de bem-estar por parte do Estado. Nos Estados de bem-estar de caráter familista, existe uma explícita parceria entre Estado e família, e o quantum de proteção assumido pelo Estado e pela família é o que caracteriza maior ou menor grau de familismo.

Referências bibliográficas:

ALENCAR, Monica Maria Torres de. Família, trabalho e reprodução social: limites da realidade brasileira. In: Famílias e famílias: práticas sociais e conversações contemporâneas.

MIOTO, Regina Célia Tamaso; NUNES, Renata; MORAES, Patricia Macarini; HORST, Claudio Henrique Miranda. O familismo na política social: aproximações com as bases da formação sócio-histórica brasileira. 2018.

DISTRIBUIÇÃO DOS PONTOS

Aspectos	Fatores e requisitos para pontuação:	Pontos
1. Conhecimento técnico-científico sobre a matéria	São dois requisitos necessários à resposta: <ul style="list-style-type: none">• explicar corretamente o conceito de familismo: 10 pontos; explicar o papel da família no processo de reprodução social, citando a responsabilidade material e ideológica da família nesse processo: 20 pontos.	30
2. Atendimento ao tema proposto na questão.	A resposta elaborada deve ser concernente ao tema proposto pela questão Discursiva. Assim, a cada requisito não atendido em relação ao Aspecto 1 (Conhecimento técnico-científico sobre a matéria), a resposta receberá os respectivos descontos no Aspecto Atendimento ao tema: <ul style="list-style-type: none">• explicar corretamente o conceito de familismo: até [-3,0]. explicar o papel da família no processo de reprodução social, citando a responsabilidade material e ideológica da família nesse processo: até [-7,0].	10

ANALISTA SOCIOEDUCATIVO ADMINISTRATIVO - CONTADOR

1) O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) esclarece que a receita e a despesa orçamentárias representam o montante que o Estado se apropria da sociedade por intermédio da tributação e a sua contrapartida aos cidadãos por meio da geração de bens e serviços.

Destaca-se que a previsão da receita dimensiona a capacidade governamental em autorizar a despesa, entendendo a receita orçamentária como o mecanismo de financiamento do Estado, sendo considerada também a decorrente de operações de crédito. Além disso, de acordo com o art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a arrecadação é instrumento condicionante da execução orçamentária da despesa.

O conhecimento dos aspectos relacionados à receita e à despesa no âmbito do setor público, principalmente diante da Lei de Responsabilidade Fiscal, contribui para a transparência das contas públicas e para o fornecimento de informações de melhor qualidade aos diversos usuários, especialmente por intermédio do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) e do Relatório de Gestão Fiscal (RGF).

A administração pública busca conduzir suas políticas públicas por meio do orçamento público e, para tanto, ela necessita planejá-lo e executá-lo de forma adequada. Nessa tarefa de conduzir o orçamento público, existem os Estágios da Receita Pública e os Estágios da Despesa Pública.

Diante do exposto, responda o que são os Estágios da Receita e Despesa Pública, bem como explique as etapas que compõem cada um desses estágios, apresentando a ordem que deve ser seguida pela Administração Pública, assim como a definição e as características de cada etapa.

R.: Os Estágios da Receita Pública são as etapas consubstanciadas nas ações desenvolvidas e percorridas pelos órgãos e repartições encarregados de executá-las. A receita deverá percorrer as seguintes etapas: Previsão; Lançamento; Arrecadação; Recolhimento.

A previsão é o estágio da receita pública que se configura pela estimativa de arrecadação de receita constante da Lei Orçamentária Anual (LOA). Ou seja, a previsão ocorre quando o Poder Executivo realiza sua estimativa, por meio de diversas metodologias, dentre elas o modelo incremental (que pondera as receitas dos exercícios anteriores em face de alguns indicadores da economia), e a encaminha para a aprovação pelo Poder Legislativo.

O lançamento é o estágio da receita pública em que ocorre o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo o caso, propor a aplicação da penalidade cabível.

A arrecadação consiste na entrega dos recursos devidos ao Tesouro, por parte dos contribuintes ou devedores aos agentes arrecadadores.

O recolhimento, por fim, consiste na transferência dos valores arrecadados à conta específica do Tesouro.

Os Estágios da Despesa Pública refletem a forma como a administração planeja e executa os gastos públicos. A despesa deverá percorrer as seguintes etapas: Fixação; Empenho; Liquidação; Pagamento.

A Fixação é cumprida por ocasião da edição da discriminação das tabelas explicativas, baixadas através da Lei de Orçamento. Ela é precedida por toda uma gama de procedimentos que vão desde a elaboração das propostas, a mensagem do Poder Executivo, o projeto de lei, a discussão pelo Poder Legislativo e a consequente aprovação e promulgação, transformando-a em Lei Orçamentária.

O empenho é, conforme a Lei nº 4.320/64: “o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição”.

O estágio da despesa pública da liquidação, nos termos da Lei nº 4.320/64, consiste na “verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito”.

O estágio da despesa pública do pagamento consiste na entrega de numerário ao credor. O pagamento poderá ocorrer por cheque nominativo, ordens de pagamentos ou crédito em conta. O pagamento da despesa somente poderá ocorrer após a regular liquidação (art. 62 da Lei nº 4.320/64).

DISTRIBUIÇÃO DOS PONTOS

Aspectos	Fatores e requisitos para pontuação:	Pontos
1. Conhecimento técnico-científico sobre a matéria	São 12 (doze) os requisitos necessários à resposta: - Explicar o que é Estágios da Receita Pública. ATÉ 2,50; - Apresentar todas as etapas da receita pública em ordem. ATÉ 2,50; - Definir e caracterizar a etapa de Previsão. ATÉ 2,50; - Definir e caracterizar a etapa de Lançamento. ATÉ 2,50; - Definir e caracterizar a etapa de Arrecadação. ATÉ 2,50; - Definir e caracterizar a etapa de Recolhimento. ATÉ 2,50; - Explicar o que é Estágios da Despesa Pública. ATÉ 2,50;	30

	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentar todas as etapas da despesa pública em ordem. ATÉ 2,50; - Definir e caracterizar a etapa de Fixação. ATÉ 2,50; - Definir e caracterizar a etapa de Empenho. ATÉ 2,50; - Definir e caracterizar a etapa de Liquidação. ATÉ 2,50; - Definir e caracterizar a etapa de Pagamento. ATÉ 2,50. 	
2. Atendimento ao tema proposto na questão.	<p>A resposta elaborada deve ser concernente ao tema proposto pela questão Discursiva. Assim, a cada requisito não atendido em relação ao Aspecto 1 (Conhecimento técnico-científico sobre a matéria), a resposta receberá os respectivos descontos no Aspecto Atendimento ao tema:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Explicar o que é Estágios da Receita Pública. ATÉ [-0,84]; - Apresentar todas as etapas da receita pública em ordem. ATÉ [-0,84]; - Definir e caracterizar a etapa de Previsão. ATÉ [-0,83]; - Definir e caracterizar a etapa de Lançamento. ATÉ [-0,83]; - Definir e caracterizar a etapa de Arrecadação. ATÉ [-0,83]; - Definir e caracterizar a etapa de Recolhimento. ATÉ [-0,83]; - Explicar o que é Estágios da Despesa Pública. ATÉ [-0,84]. - Apresentar todas as etapas da despesa pública em ordem. ATÉ [-0,84]; - Definir e caracterizar a etapa de Fixação. ATÉ [-0,83]; - Definir e caracterizar a etapa de Empenho. ATÉ [-0,83]; - Definir e caracterizar a etapa de Liquidação. ATÉ [-0,83]; - Definir e caracterizar a etapa de Pagamento. ATÉ [-0,83]. 	10

ANALISTA SOCIOEDUCATIVO ADMINISTRATIVO - ANALISTA DE SISTEMAS

1) O que é o Modelo OSI e qual é o seu objetivo? Explique seus três conceitos fundamentais e sua relação com a programação orientada a objetos.

R.: O modelo OSI é um modelo de referência proposto pela ISO (International Standards Organization) com o objetivo de introduzir a padronização internacional dos protocolos. O modelo se chama Modelo de Referência ISO OSI (Open Systems Interconnection), pois está relacionado com a interconexão de sistemas abertos. Esse modelo possui sete camadas, sendo que cada camada possui uma função específica. O Modelo OSI não é uma arquitetura de rede, pois não determina exatamente quais serviços e protocolos devem ser utilizados em cada camada. Ao invés disso, ele apenas apresenta o que cada camada deve fazer.

Os três conceitos fundamentais do modelo OSI são: 1. Serviços; 2. Interfaces; 3. Protocolos. O modelo OSI contribui de forma significativa ao tornar explícita a distinção entre esses três conceitos. Cada camada executa serviços para a camada superior. A definição do serviço informa o que a camada faz. A Interface de uma camada define como os processos acima dela podem acessá-la, além de especificar quais são os parâmetros e resultados a serem esperados. Os protocolos utilizados em uma camada são de responsabilidade da própria camada. Qualquer protocolo pode ser utilizado desde que realize o trabalho necessário, ou seja, forneça os serviços oferecidos. Esses protocolos podem ser alterados sem influenciar o software das camadas superiores.

Esses conceitos se adaptam aos conceitos da programação orientada a objetos. Um objeto, assim como uma camada, possui um conjunto de métodos específicos (operações) que os processos externos podem invocar. A semântica desses métodos define o conjunto de serviços que o objeto oferece. Os parâmetros dos métodos e resultados destes formam a interface do objeto. O código interno do objeto é equivalente ao protocolo, que não pode ser visualizado e não possui importância para os elementos fora do objeto.

DISTRIBUIÇÃO DOS PONTOS

Aspectos	Fatores e requisitos para pontuação:	Pontos
1. Conhecimento técnico-científico sobre a matéria	<p>Para avaliar o conhecimento técnico-científico sobre a matéria, devem ser considerados os seguintes critérios na resposta do candidato:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. definição do método OSI e seu objetivo – Até [10,0]; 2. explicação dos três conceitos fundamentais do modelo – Até [10,0]; 	30

	3. relação desse modelo com a programação orientada a objetos – Até [10,0].	
2. Atendimento ao tema proposto na questão.	A resposta elaborada deve ser concernente ao tema proposto pela questão Discursiva. Assim, a cada critério não atendido em relação ao Aspecto 1 (Conhecimento técnico-científico sobre a matéria), a resposta receberá os seguintes descontos no Aspecto Atendimento ao tema: 1. definição do modelo OSI e seu objetivo – Até [-3,34]. 2. explicação dos três conceitos fundamentais do modelo – Até [-3,33]. 3. relação desse modelo com a programação orientada de objetos – Até [3,33].	10

ANALISTA SOCIOEDUCATIVO - PEDAGOGO

1) Desde metade do século XX, a sociedade tem passado por transformações políticas, econômicas, culturais e sociais. Não por coincidência, nesse mesmo período, surgem teorizações que colocam em xeque a estrutura do pensamento educacional tradicionalista. Assim, a área da sociologia da educação, com vistas a revolucionar as teorias educacionais do currículo, coloca em questão os arranjos sociais e educacionais. A partir dessas considerações, disserte sobre:

- Os principais pressupostos sobre as teorias críticas do currículo.**
- As grandes categorias das teorias críticas do currículo.**
- Como a escola atua ideologicamente por meio do currículo?**
- Como a educação e a escola contribuem para que a sociedade continue sendo capitalista?**

R.:

A) Os principais pressupostos sobre as teorias críticas do currículo estão relacionados não apenas com conhecimento, mas intrinsecamente emaranhados com aquilo que nos tornamos: nossa identidade e nossa subjetividade; sendo assim, seu principal pressuposto é questionar os arranjos educacionais existentes.

B) Nesse sentido, as teorias críticas do currículo focam em grandes categorias como: ideologia, reprodução cultural e social, poder, classe social, capitalismo, relações sociais de produção, emancipação e libertação, currículo oculto, violência simbólica e resistência.

C) A partir disso, a escola atua ideologicamente por meio do currículo, de forma mais direta por intermédio de disciplinas que possibilitem ao sujeito ter acesso ao conhecimento científico advindo das estruturas sociais existentes. Além disso, a ideologia atua de forma excludente com as classes subordinadas, pois elas aprendem a ser submissas e obedientes; enquanto a classe dominante aprende a comandar e a controlar.

D) Dessa maneira, a escola e a educação contribuem para a manutenção e a reprodução da sociedade capitalista, aprofundando cada vez mais a sociedade dividida em classes ao transmitir, por meio das matérias escolares, crenças que permitem apenas a percepção dos arranjos sociais existentes como bons ou desejáveis.

DISTRIBUIÇÃO DOS PONTOS

Aspectos	Fatores e requisitos para pontuação:	Pontos
1. Conhecimento técnico-científico sobre a matéria	São 04 (quatro) requisitos necessários à resposta, são eles: a) Apresentar os principais os principais pressupostos que definem as teorias críticas do currículo (até 7,5 pontos); b) Apresentar as grandes categorias das teorias críticas do currículo (até 7,5 pontos); c) Definir como a escola pode atuar ideologicamente através do currículo (até 7,5 pontos); d) Definir como a escola e a educação contribuem para a permanência da sociedade capitalista (até 7,5 pontos).	30
2. Atendimento ao tema proposto na questão.	Conforme exposto no item 1, o tema proposto envolve a apresentação de 04 (quatro) requisitos relacionados ao currículo em seus aspectos históricos, epistemológicos, filosóficos e sociológicos. Logo, pela não exposição dos requisitos relacionados ao tema ou pela exposição parcial, autoriza-se a banca a realizar o desconto de: ➤ Tópico: a) até – 2,5 pontos; ➤ Tópico: b) até – 2,5 pontos;	10

- Tópico: c) até – 2,5 pontos;
- Tópico: d) até – 2,5 pontos.

ANALISTA SOCIOEDUCATIVO - PSICÓLOGO

1) O Decreto nº 9.761/2019 realinha a Política do Ministério da Saúde para a Atenção Integral a Usuários de Álcool e outras Drogas (2003). Discorra acerca dos pressupostos epistemológicos da atual política de drogas, de sua relação com a guerra às drogas e com a Redução de Danos.

R.: A atual política de drogas, regulamentada pelo Decreto nº 9.761/2019, defende a lógica da abstinência e o isolamento como principais formas de tratamento, fundamentada no modelo biomédico e na psiquiatria tradicional que concebem a 'doença' e os 'desvios à norma vigente' a partir de determinantes biológicos e individualizantes, e estes, por sua vez, devem ser tomados como objetos de intervenção do saber médico. O paradigma proibicionista da guerra às drogas delinea contornos moralistas e estigmatizantes ao uso de certas substâncias psicoativas – especialmente as ilícitas – e a determinados usuários – em geral, população pobre e negra/parda de periferia.

Nesse sentido, o Estado ampliou o financiamento de Comunidades Terapêuticas, dispositivos privados e frequentemente geridos por instituições religiosas, em detrimento aos Centros de Atenção Psicossocial de Álcool e outras Drogas, além do fomento às internações involuntárias e por determinação judicial e do acirramento das medidas punitivas e de criminalização das drogas ilícitas, utilizando-se, também, dos aparatos jurídico e policial como atravessamentos no âmbito da Saúde Mental. É importante ressaltar, ainda, que, nos termos da Lei nº 11.343/2006, que instituiu o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, não há uma definição exata que diferencie o uso e o tráfico de substâncias psicoativas ilícitas de modo que cabe à autoridade policial decidir o que é considerado uso ou tráfico de drogas.

Essa perspectiva hegemônica é contrária aos pressupostos da Atenção Psicossocial e da Reforma psiquiátrica que priorizam os serviços substitutivos extra-hospitalares, o cuidado integral e territorial, o desenvolvimento da autonomia dos sujeitos e a atuação inter/transdisciplinar e intersetorial. Trata-se da compreensão dos processos de saúde-doença a partir de múltiplos determinantes, situados histórica e socialmente, com foco nas singularidades dos sujeitos envolvidos.

A atual política marginaliza as estratégias de Redução de Danos, ao contrário da Política Nacional de 2003 que já considerava a Redução de Danos como uma das estratégias possíveis na atenção a usuários de álcool e outras drogas, negando a abstinência como único ou último objetivo do cuidado. A perspectiva da Redução de Danos converge com os preceitos da Clínica Ampliada e do Projeto Terapêutico Singular na qual se parte de uma prática menos prescritiva e mais negociável, portanto, ela não se caracteriza como um protocolo de atendimento, ela se apresenta como uma estratégia de cuidado com foco na construção do vínculo, da responsabilização e autonomia dos sujeitos e demarca um posicionamento ético e político indispensável à atuação em Psicologia.

DISTRIBUIÇÃO DOS PONTOS		
Aspectos	Fatores e requisitos para pontuação:	Pontos
1. Conhecimento técnico-científico sobre a matéria	<p>O candidato discorreu sobre os pressupostos epistemológicos da nova política de drogas com [até 10 pontos].</p> <p>O candidato relacionou a nova política com a guerra às drogas [até 10 pontos].</p> <p>O candidato relacionou a nova política com as estratégias de Redução de Danos [até 10 pontos].</p>	30
2. Atendimento ao tema proposto na questão.	<p>O candidato não fundamentou os pressupostos epistemológicos da nova política de drogas [até -4 pontos].</p> <p>O candidato não apresentou relação entre a nova política de drogas e a guerra às drogas [até - 3 pontos].</p> <p>O candidato não apresentou a relação entre a nova política de drogas e as estratégias de Redução de Danos [até -3 pontos].</p>	10

CARGOS DO TURNO DA TARDE

AGENTE SOCIOEDUCATIVO

1) Enzo Gabriel é um adolescente de 17 anos de idade, residente em Touros-RN. Portando uma faca de cozinha nos bolsos, Enzo decide praticar um roubo contra um turista italiano que se banhava na praia local. Ao se aproximar do indivíduo, anuncia o assalto e aponta a faca para a vítima, subtraindo-lhe um aparelho de telefone celular no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). Logo adiante, é interceptado por policiais, que o prendem em flagrante com os objetos da subtração e o encaminham à Delegacia de Polícia local, supondo que o jovem possuía mais de 18 anos de idade. Após ser identificado, Enzo é representado pelo Ministério Público e tem sua internação provisória decretada pela autoridade judiciária. Após processo que apurou sua conduta, Enzo foi responsabilizado com medida socioeducativa de internação e, durante sua estadia na unidade de atendimento, cometeu diversas faltas disciplinares que impediram a revogação da internação. A respeito desse tema, responda:

- 1) O que é internação provisória e quanto tempo ela pode durar?
- 2) O que é internação definitiva e quanto tempo ela pode durar?
- 3) Caso complete 18 anos após 1 (um) ano do início da medida socioeducativa definitiva, Enzo deverá ser liberado compulsoriamente?

R.: A internação provisória consiste em uma medida cautelar anterior à sentença judicial, adotada para que se garanta a segurança pessoal do adolescente, a manutenção da ordem pública e para que se proceda à apuração da acusação do ato infracional. A internação provisória pode ser determinada pelo prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias. A decisão deverá ser fundamentada e basear-se em indícios suficientes de autoria e materialidade, demonstrada a necessidade imperiosa da medida.

A internação definitiva é a medida socioeducativa decretada após sentença judicial e constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar do socioeducando, como pessoa em desenvolvimento. Em regra, a medida não comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo a cada 6 (seis) meses e, em nenhuma hipótese, o período máximo de internação excederá a 3 (três) anos.

Caso Enzo complete 18 anos de idade durante o cumprimento da internação, restando prazo para que a medida socioeducativa termine, permanecerá internado na unidade de atendimento até o fim do prazo, ou será liberado compulsoriamente quando completar 21 anos.

DISTRIBUIÇÃO DOS PONTOS

Aspectos	Fatores e requisitos para pontuação:	Pontos
1. Conhecimento técnico-científico sobre a matéria	São três critérios necessários à resposta: 1. definir a internação provisória e acertar o prazo máximo: até 10,00; 2. definir a internação definitiva e acertar o prazo máximo: até 10,00; 3. mencionar a continuação da medida e a idade de liberação compulsória: até 10,00.	30
2. Atendimento ao tema proposto na questão.	A resposta elaborada deve ser concernente ao tema proposto pela questão Discursiva. Assim, a cada critério não atendido em relação ao Aspecto 1 (Conhecimento técnico-científico sobre a matéria), a resposta receberá os respectivos descontos no Aspecto Atendimento ao tema: 1. definir a internação provisória e acertar o prazo máximo: até [-3,50]; 2. definir a internação definitiva e acertar o prazo máximo: até [-3,50]; 3. mencionar a continuação da internação e a idade de liberação compulsória: até [-3,00].	10

TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR

1) A gestão do capital de giro e a necessidade de recursos financeiros de curto prazo estão relacionadas aos aspectos operacionais e estratégicos dos negócios. Nessa perspectiva, determinada entidade pública possui estoques que duram 30 dias, recebe as vendas em 40 dias e precisa efetuar os pagamentos em 50 dias. Diante do exposto, calcule o ciclo operacional e o ciclo financeiro ou ciclo de conversão de caixa e elabore um texto dissertativo que discuta as definições de ambos (com base nos valores encontrados) e como eles podem ser otimizados, considerando o PMP (período médio de pagamento), o PME (período médio de estoque) e o PMR (período médio de recebimento). Finalmente, apresente, pelo menos, uma ação estratégica que possui por objetivo otimizar os prazos dos estoques, recebimentos e pagamentos.

R.: Em primeiro lugar, seguem os cálculos:

Ciclo operacional $CO = PME + PMR$ $CO = 30 + 40 = 70$ dias	Ciclo de conversão de caixa $CCC = CO - PMP$ $CCC = 70 - 50 = 20$ dias
---	--

O ciclo operacional é o período de tempo compreendido desde a aquisição de matéria-prima até o recebimento pela venda do produto acabado. Pode ser calculado pela soma do PME (período médio de estoque) e PMR (período médio de recebimento). No caso específico, a empresa demora 70 dias em média para comprar, produzir, vender e receber pela venda dos seus produtos. O ciclo de conversão de caixa representa o período de tempo desde o momento do pagamento da matéria-prima até o recebimento pela venda do produto acabado. Pode ser calculado pela diferença entre o CO (ciclo operacional) e o PMP (período médio de pagamento). Diante dos dados apresentados, a organização faz o pagamento aos fornecedores e 20 dias depois recebe pela venda dos seus produtos. Em relação ao processo de otimização do ciclo operacional e de conversão de caixa, faz-se necessário destacar que quanto menores os respectivos resultados, melhor para a empresa. Um ciclo operacional menor impacta positivamente na necessidade de capital de giro da empresa. Um ciclo financeiro menor indica menos tempo sem dinheiro para o pagamento das contas, ou seja, redução de encargos financeiros. O ciclo de conversão de caixa ideal é negativo, ou seja, a empresa recebe pela venda e depois efetua os pagamentos para os fornecedores. Finalmente, a otimização dos ciclos acontece por meio do PME, PMR e PMP. O ciclo operacional pode ser otimizado (reduzido) com a redução do PME e/ou PMR. Nesse caso, a empresa vende o estoque e recebe pela venda em menos dias. Já o ciclo de conversão de caixa pode ser otimizado pela redução do ciclo operacional ou pelo aumento do PMP (período médio de pagamento). No entanto deve-se avaliar os custos envolvidos para a redução do PME e PMR e aumento do PMP. Em termos específicos, algumas ações podem ser tomadas para melhorar os prazos. Isto é, para reduzir o prazo de estoque, a empresa pode agilizar seu processo produtivo, dar descontos ou facilitar a venda a prazo. Para a redução do tempo de recebimento, a organização pode conceder descontos para o pagamento antecipado e reduzir o período de crédito. Finalmente, para aumentar o prazo de pagamento, existe a possibilidade de negociar mais prazos com os fornecedores.

DISTRIBUIÇÃO DOS PONTOS

Aspectos	Fatores e requisitos para pontuação:	Pontos
1. Conhecimento técnico-científico sobre a matéria	O conhecimento técnico-científico sobre a matéria será apurado com base em 4 (quatro) critérios: I. Cálculos do ciclo operacional e ciclo de conversão de caixa [7,50]; II. Conceito de ciclo operacional e ciclo de conversão de caixa. [7,50]; III. Relação entre otimização do ciclo operacional e ciclo de conversão de caixa com o PMP (período médio de pagamento), PME (período médio de estoque) e PMR (período médio de recebimento) [7,50]; IV. Ações estratégicas para otimizar o PMP (período médio de pagamento), o PME (período médio de estoque) e o PMR (período médio de recebimento) [7,50].	30
2. Atendimento ao tema proposto na questão.	Cada critério que o candidato não abordar (ou abordar de maneira incorreta/incompleta) no conhecimento técnico-científico sobre a matéria irá representar um desconto em relação ao atendimento ao tema proposto na questão. I. Cálculos do ciclo operacional e ciclo de conversão de caixa [Até 2,5]; II. Conceito de ciclo operacional e ciclo de conversão de caixa [Até 2,5];	10

III. Relação entre otimização do ciclo operacional e ciclo de conversão de caixa com o PMP (período médio de pagamento), PME (período médio de estoque) e PMR (período médio de recebimento) [Até 2,5];

IV. Ações estratégicas para otimizar o PMP (período médio de pagamento), PME (período médio de estoque) e PMR (período médio de recebimento). [Até 2,5].